



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

**EDITAL DO PROAD Nº 10802/2022-1  
PREGÃO ELETRÔNICO**

**Objeto:** Contratação de serviços especializados em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital.

**NOTA 1:** As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

**NOTA 2:** A presente licitação é regida pela Lei nº 8.666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital, nos termos do artigo 191, da Lei nº 14.133/2021

**Registro de Preços:** Não

**Exclusiva ME/EPP:** Não

**Margem de Preferência:** Não

**Valor Total Estimado:** R\$ 231.325,96

**Data e local da disputa:** 23/8/2022, às 14 horas, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Licitação nº:** 44/2022

**UASG do TRT15:** 080011

**Vistoria Prévia/Visita:** Não se aplica

**Amostra/Material Técnico ilustrativo:** Não se aplica

**Laudos/Certificado:** Não se aplica

**Documentos de Habilitação**

**Vide Item 9 do Edital**

**Prazos**

**Envio de proposta e documentação por meio eletrônico**

2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema

**Pedido de esclarecimentos**

Até 3 dias úteis anteriores ao prego

**Impugnação**

Até 3 dias úteis anteriores ao prego

**Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame**

[licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br)

**Telefones:** (19) 3231-9500 ramais 2580/2523 \*

\* Em virtude da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR Nº 003/2020, atendimentos por telefone foram suspensos. Somente via e-mail.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

### **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

#### **PROAD Nº 10802/2022-1**

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

#### **DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO**

<b>a. Início da disputa de preços:</b>	<b>23/8/2022, às 14 horas</b>
<b>b. Local da Disputa:</b>	<b>Portal de Compras do Governo Federal - <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a></b>
<b>c. Critério de Julgamento:</b>	<b>Menor preço por item</b>
<b>d. Regime de Execução:</b>	<b>Empreitada por preço global</b>

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de serviços especializados em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

P.T. Resumido: **107694**                      **R\$ 231.325,96**

02.122.0571.4256.3474 - APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO -  
DESPESAS DIVERSAS

339039 - Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

05 - Serviços técnicos profissionais

Conta VPD: **332310100**

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do inciso VI, do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica em que qualquer um dos integrantes do seu quadro societário seja familiar de:

a) magistrado ocupante de cargo de direção ou no exercício de função administrativa; ou  
b) servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

4.3.1. Nos termos do art. 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 9/2005, é vedada, ainda, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou magistrados vinculados a este Tribunal contratante.

4.4. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

4.5. A vedação referida neste item se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (art. 2º, §3º, da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016).

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta atualizada apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6. que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.6.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor total do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Proposta, conforme Anexo II ao Edital;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um Real).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

7.25.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.25.1.1. prestados por empresas brasileiras;

7.25.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br), pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada por meio da proposta final a ser preenchida pelo licitante, conforme Anexo II deste Edital.

8.3. A Proposta atualizada deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.3.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas, quando exigidas pelo Termo de Referência e/ou anexos;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta enviada, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e a exequibilidade da proposta.

8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

8.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br), pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep))

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:;>

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **9.8. Habilitação jurídica:**

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal/estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### **9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

#### **9.11. Qualificação Técnica:**

9.11.1. Será exigida a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(eis) características, quantidades e prazos, com quantitativo mínimo de 10% dos serviços que se pretende contratar, a fim de assegurar que a contratada estará apta a fornecer os serviços pactuados.

9.11.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

9.11.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

9.11.2.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.4. Caso solicitado pelo pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.3. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, médico(a) com especialidade em medicina no trabalho ou engenheiro(a) de Segurança do Trabalho ou profissional devidamente habilitado, com registro no respectivo conselho. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo:

- 1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- 2) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente;
- 3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- 4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da contratação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura.

9.11.4. Será exigida também a apresentação dos seguintes documentos:

- 1) Prova de inscrição ou registro da pessoa jurídica no respectivo Conselho de Profissionais/Classe.
- 2) Prova de inscrição ou registro, junto ao respectivo Conselho de profissionais/classe, do profissional com formação em Engenharia de Segurança do Trabalho ou Medicina do Trabalho ou outro devidamente habilitado, que atuará como responsável técnico do GRO, do PGR e do LTCAT.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) primeiro(s) item(ns) arrematado(s) pela licitante, verificada a ordem cronológica de encerramento do item, conforme mensagem emitida no chat pelo sistema.

9.19.1.1. Caso haja item(ns) arrematado(s) concomitantemente (na mesma hora, minuto e segundo, a ser verificado no sistema), a habilitação recairá sobre o item de maior valor.

9.19.1.2. Não se aplica o presente subitem para o arremate que se deu por inabilitação / desclassificação de licitante anterior.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo Anexo II.

10.1.2. estar devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo do Anexo II a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 .Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

15.2.2. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

15.2.3. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

15.2.4. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

15.2.5. O prazo previsto no subitem 15.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.2.6. O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

15.2.7. Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela empresa, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela empresa em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na Minuta de Contrato – Anexo III.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15.8. Antes da efetivação da contratação, a empresa vencedora se compromete a atender as seguintes condições:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

## **16. DO REAJUSTE**

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

## **17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos na Minuta de Contrato – Anexo III.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

## **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta de Contrato – Anexo III.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.**

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá ser lido e/ou obtido no e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.1.1. ANEXO A – Circunscrições e Respectivas Unidades;

22.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;

22.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato;

22.12.3.1. ANEXO AO CONTRATO.

### **23. DO FORO**

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 9 de agosto de 2022.

**Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson**  
**Secretária da Administração**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

## **ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA**

**IMPORTANTE.** Considerando as recentes disposições editadas por este Tribunal, bem como pela Resolução CNJ nº 322/2020, motivadas pela pandemia ocasionada pela COVID-19, informamos que o acesso a todas as dependências deste E. TRT deve, obrigatoriamente, ser efetuado com o uso de máscaras de proteção facial. Essa obrigatoriedade deve ser observada, inclusive, pelos funcionários das empresas contratadas por este E. TRT, as quais deverão levar em consideração, nos valores a serem ofertados em suas propostas de preços, os custos com o citado EPI. O acesso a todas as dependências deste Tribunal deve, obrigatoriamente, ser efetuado também mediante apresentação do certificado de vacinação, tendo em vista o determinado pelo artigo 2º, inciso I, da Portaria GP-CR nº 002/2022 deste Tribunal.

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

#### **1.1. DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO**

**Objeto:** Contratação de serviços especializados em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**NOTA:** As especificações consignadas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

#### **1.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

1. Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

2. As unidades do TRT da 15ª Região são divididas em 8 Circunscrições, a saber: 1. Campinas, 2. Sorocaba, 3. São José dos Campos, 4. Ribeirão Preto, 5. Araçatuba, 6. Presidente Prudente, 7. São José do Rio Preto e 8. Bauru. Cada Circunscrição é composta de Fóruns Trabalhistas e Varas do Trabalho, conforme relação em anexo, observando-se que a Circunscrição de Campinas é composta, ainda, das Sedes Judicial, Administrativa e anexo.

3. O objeto da contratação deverá ser executado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da ratificação do Cronograma pelo Tribunal.

4. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

I) Reunião: Assinado o contrato, será agendada uma reunião, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ocasião em que empresa contratada deverá apresentar Cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser autorizado pelo Tribunal, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações. A reunião ocorrerá na Secretaria de Saúde, na rua Dr. Quirino, 1080, 6º andar, Centro, Campinas/SP, podendo ser realizada também de forma telepresencial.

II) As avaliações nas unidades deverão obedecer ao cronograma elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE previamente, sempre observando o horário institucional, feriados locais e possíveis restrições pontuais de cada unidade.

III) Os gestores das unidades serão previamente informados pelo Tribunal acerca do serviço a ser executado e a empresa contratada deverá estabelecer contato com as unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do Tribunal, para os agendamentos que se fizerem necessários.

IV) O GRO e o PGR deverão abranger e ser realizados em todas as unidades do Tribunal, por edificação.

V) Para elaboração do PGR de uma edificação, deverão ser analisados todos os ambientes de suas unidades, incluindo os de uso pelos trabalhadores terceirizados.

VI) O documento base do PGR deverá conter o nome do profissional responsável por sua elaboração, bem como seu número de registro em Conselho de Classe, além da anotação de responsabilidade técnica (ART) junto ao mesmo Conselho, quando aplicável.

VII) O PGR deve abranger, no mínimo:

- a) Descrição física das dependências e instalações.
- b) Descrição das funções e/ou atividades e o quantitativo de servidores.
- c) Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de risco químico, físico, biológico, ergonômico e de acidentes identificados nos ambientes de trabalho, descrevendo a metodologia de ação, os critérios adotados e a instrumentação utilizada para as medições.
  - c.1). Para realização das avaliações, devem ser verificadas todas as etapas do processo operacional, os possíveis riscos ocupacionais e o tempo de exposição ao risco.
- d) Descrição das medidas de proteção individual e coletiva existentes, identificando os EPIs e seus respectivos Certificados de Aprovação (CA), bem como se os EPIs e EPCs são eficazes na proteção aos agentes de riscos detectados.
- e) Análise das condições de acessibilidade nas edificações, em conformidade com as normas específicas vigentes.
- f) Fundamentação científica e referências da legislação pertinente sobre os riscos identificados.
- g) Proposição de um cronograma de ação contendo as medidas de controle para a adequação dos riscos ambientais identificados, estipulando prazos para a implementação das ações, bem como indicadores de avaliação para o acompanhamento sistemático da eficácia das medidas. Tal cronograma deverá ser descrito por ordem de prioridade de ação.

VIII) As avaliações quantitativas deverão abranger os agentes de risco previstos, em conformidade com a NR-1, que institui o PGR, o qual faz parte do GRO - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais das Organizações e é composto basicamente do Inventário Geral de Riscos e do Plano de Ação. A previsão legal do PGR NR-1 é a Portaria SEPRT n.º 6.730,



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

de 09 de março de 2020. Deverão também ser observadas as demais NRs relacionadas à matéria, conforme o caso.

- a) As informações deverão ser coletadas próximo ao magistrado ou servidor que está exposto ao maior risco no ambiente.
- b) Em caso de agentes químicos que exijam análise laboratorial, será permitida sua inclusão no cronograma do PGR, já constando data limite para apresentação dos resultados.

IX) Especificamente quanto ao ruído, deverá ser analisado com decibelímetro em todas as unidades, devendo ser realizada análise por dosimetria em pelo menos 5 unidades por item, por amostragem.

- a) Naquelas unidades onde a avaliação com decibelímetro apontar valores que superem os limites de tolerância, também deve ser realizada avaliação de ruído por dosimetria.

X) As situações não conformes deverão ser descritas de forma detalhada, fotografada e, quando for o caso, quantificadas de forma a favorecer o entendimento pelas pessoas que terão acesso ao documento.

XI) Todas as avaliações deverão ser realizadas seguindo os procedimentos vigentes e com uso de equipamentos com calibração válida e rastreável à RBC (Rede Brasileira de Calibração).

- a) Os certificados de calibração dos equipamentos utilizados na avaliação quantitativa deverão ser anexados ao documento base do PGR.

XII) O LTCAT deve conter apresentação explícita das conclusões sobre os efeitos dos agentes classificados como insalubres ou perigosos e os valores correspondentes adicionais, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a fundamentação legal.

XIII) O LTCAT também deve explicitar se a atividade faz jus à aposentadoria especial.

XIV) O objeto da contratação deverá ser entregue ao Tribunal no formato impresso e em arquivo digitalizado, na extensão "pdf", por meio eletrônico.

### **1.3. DA VIGÊNCIA**

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

### **1.4. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

As avaliações relativas ao objeto do contratado deverão ser realizadas em todas as unidades deste Tribunal Regional do Trabalho, por edificação, conforme relação anexa

### **1.5. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA A SER ATENDIDA NA CONTRATAÇÃO**

Devem ser observados os seguintes normativos: Normas Regulamentadoras 1 (NR 1) e 9 (NR 9), Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e Avaliação e



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos, respectivamente.

## 2. GARANTIA

Não se aplica.

## 3. SUSTENTABILIDADE

Não há critérios a serem observados.

## 4. VISTORIA

Não aplicável à presente contratação.

## 5. ORÇAMENTO

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. Estimado Máximo (R\$)	VI. Total Estimado Máximo (R\$)
1	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 1 (Sede Campinas)	1 unid	60.354,42	60.354,42

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. Estimado Máximo (R\$)	VI. Total Estimado Máximo (R\$)
2	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 2 (Sede Sorocaba)	1 unid	26.572,50	26.572,50

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. Estimado Máximo (R\$)	VI. Total Estimado Máximo (R\$)
3	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 3 (Sede São José dos Campos)	1 unid	30.260,79	30.260,79

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. Estimado Máximo (R\$)	VI. Total Estimado Máximo (R\$)
4	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 4 (Sede Ribeirão Preto)	1 unid	42.270,00	42.270,00



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. Estimado Máximo (R\$)	VI. Total Estimado Máximo (R\$)
5	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 5 (Sede Araçatuba)	1 unid	15.040,00	15.040,00

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. Estimado Máximo (R\$)	VI. Total Estimado Máximo (R\$)
6	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 6 (Sede Presidente Prudente)	1 unid	16.585,00	16.585,00

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. Estimado Máximo (R\$)	VI. Total Estimado Máximo (R\$)
7	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 7 (Sede São José do Rio Preto)	1 unid	19.040,75	19.040,75

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. Estimado Máximo (R\$)	VI. Total Estimado Máximo (R\$)
8	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 8 (Sede Bauru)	1 unid	21.202,50	21.202,50

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO – TODOS OS ITENS (R\$)</b>				<b>231.325,96</b>
---	--	--	--	-------------------

## 6. CONTRATAÇÃO

6.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora conforme a minuta de contrato – Anexo III ao edital.

6.2. A execução dos serviços, os prazos, a garantia do objeto, as obrigações das partes, a vigência, a aplicação de sanções, o acompanhamento e fiscalização, o pagamento, a compensação financeira por eventual atraso no pagamento e demais disposições da contratação dar-se-ão segundo as cláusulas da minuta contratual.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

**ANEXO "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**CIRCUNSCRIÇÕES E RESPECTIVAS UNIDADES**  
**(Ver Subitem 22.12.1.1 do Edital)**





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

## ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Item** para a Contratação de serviços especializados em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
1	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 1 (Sede Campinas)	1 unid		

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
2	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 2 (Sede Sorocaba)	1 unid		

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
3	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 3 (Sede São José dos Campos)	1 unid		

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
4	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 4 (Sede Ribeirão Preto)	1 unid		

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
5	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 5 (Sede Araçatuba)	1 unid		



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
6	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 6 (Sede Presidente Prudente)	1 unid		

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
7	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 7 (Sede São José do Rio Preto)	1 unid		

Item	Descrição	Qtde.	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
8	Elaboração de GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 8 (Sede Bauru)	1 unid		

**PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.**

**DADOS DA EMPRESA**

NOME DA  
EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:  
CORRENTE N.º:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa  
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

### ANEXO III AO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO

#### MINUTA CONTRATO Nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_ PROAD Nº 10802/2022

Aos \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias do mês de \_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e dois, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui por diante designado meramente **TRT**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado por sua Secretária de Administração, \_\_\_\_\_, brasileira, portadora do RG nº \_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por subdelegação de competência, pela Portaria DG 01/2018, artigo 3º, alínea “a”, publicada no DEJT – Caderno Administrativo, de 13/12/2018, e a empresa \_\_\_\_\_, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, ora representada por seu \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, em conformidade com o resultado do PROAD nº 10802/2022, devidamente homologado no documento nº \_\_\_\_ do aludido processo, resolvem firmar o presente contrato, regido pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelas cláusulas e condições que se seguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO** – O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços especializados em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, os quais serão realizados nas unidades do TRT, relacionadas no quadro da cláusula sexta e especificadas no Anexo deste instrumento.

**Parágrafo Único** – A CONTRATADA deverá observar todas as especificações e orientações contidos no Termo de Referência que integrou o edital da licitação e resultou nesta contratação, consideradas partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem integralmente transcritas.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DO OBJETO** – A CONTRATADA se obriga a executar totalmente o objeto contratado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da ratificação do cronograma pelo TRT.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, agendar reunião. Nesta ocasião, deverá apresentar cronograma para execução dos trabalhos, a ser autorizado pelo TRT, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na Unidade, que inviabilizem a realização das avaliações.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

**Parágrafo Segundo** – A reunião de que trata o parágrafo anterior ocorrerá na Secretaria de Saúde do TRT, localizada na Rua Dr. Quirino, 1080, 6º andar, Centro, Campinas/SP, podendo ser realizada também de forma telepresencial.

**Parágrafo Terceiro** – As avaliações nas Unidades deverão obedecer ao cronograma elaborado pela CONTRATADA e aprovado pelo TRT previamente, sempre observando o horário institucional, feriados locais e possíveis restrições pontuais de cada Unidade.

**Parágrafo Quarto** – A CONTRATADA deverá estabelecer contato com as Unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do TRT, para os agendamentos que se fizerem necessários. Os gestores das Unidades serão previamente informados pelo TRT acerca do serviço a ser executado.

**Parágrafo Quinto** – O GRO e o PGR deverão ser realizados em todas as Unidades deste TRT, por edificação. A CONTRATADA elaborará o PGR de cada edificação analisando todos os ambientes de sua Unidade, incluindo os de uso pelos trabalhadores terceirizados.

**Parágrafo Sexto** – O documento base do PGR deverá conter o nome do profissional responsável por sua elaboração, bem como seu número de registro em Conselho de Classe, além da anotação de responsabilidade técnica (ART) junto ao mesmo Conselho, quando aplicável.

**Parágrafo Sétimo** – O PGR deve abranger, no mínimo:

- a) descrição física das dependências e instalações;
- b) descrição das funções e/ou atividades e o quantitativo de servidores;
- c) análise qualitativa e quantitativa dos agentes de risco químico, físico, biológico, ergonômico e de acidentes identificados nos ambientes de trabalho, descrevendo a metodologia de ação, os critérios adotados e a instrumentação utilizada para as medições. Para realização das avaliações, devem ser verificadas todas as etapas do processo operacional, os possíveis riscos ocupacionais e o tempo de exposição ao risco;
- d) descrição das medidas de proteção individual e coletiva existentes, identificando os EPIs e seus respectivos Certificados de Aprovação (CA), bem como se os EPIs e EPCs são eficazes na proteção aos agentes de riscos detectados;
- e) análise das condições de acessibilidade nas edificações, em conformidade com as normas específicas vigentes;
- f) fundamentação científica e referências da legislação pertinente sobre os riscos identificados; e
- g) proposição de um cronograma de ação contendo as medidas de controle para a adequação dos riscos ambientais identificados, estipulando prazos para a implementação das ações, bem como indicadores de avaliação para o acompanhamento sistemático da eficácia das medidas. Tal cronograma deverá ser descrito por ordem de prioridade de ação.

**Parágrafo Oitavo** – As avaliações quantitativas deverão abranger os agentes de risco previstos na NR-1 (Portaria SEPRT n.º 6.730, de 09 de março de 2020), que institui o PGR, o qual faz parte do GRO - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais das Organizações e é composto basicamente do Inventário Geral de Riscos e do Plano de Ação. Deverá também ser observada a NR-9, bem como as demais NRs relacionadas à matéria, conforme o caso.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

As informações deverão ser coletadas próximo ao magistrado ou servidor que está exposto ao maior risco no ambiente e em caso de agentes químicos que exijam análise laboratorial, será permitida sua inclusão no cronograma do PGR, já constando data limite para apresentação dos resultados.

**Parágrafo Nono** – Especificamente quanto ao ruído, deverá ser analisado com decibelímetro em todas as Unidades, devendo ser realizada análise por dosimetria em pelo menos 5 (cinco) Unidades por item, por amostragem. Naquelas Unidades onde a avaliação com decibelímetro apontar valores que superem os limites de tolerância, a CONTRATADA também deverá realizar avaliação de ruído por dosimetria.

**Parágrafo Décimo** – A CONTRATADA deverá descrever todas as situações não conformes de forma detalhada, apresentando fotografias e, quando for o caso, quantificando de forma a favorecer o entendimento pelas pessoas que terão acesso ao documento.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A CONTRATADA deverá realizar todas as avaliações seguindo os procedimentos vigentes e com uso de equipamentos com calibração válida e rastreável à RBC (Rede Brasileira de Calibração). Os certificados de calibração dos equipamentos utilizados na avaliação quantitativa deverão ser anexados ao documento base do PGR.

**Parágrafo Décimo Segundo** – O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) deve conter apresentação explícita das conclusões sobre os efeitos dos agentes classificados como insalubres ou perigosos e os valores correspondentes adicionais, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a fundamentação legal, bem como explicitar se a atividade faz jus à aposentadoria especial.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – O objeto da contratação deverá ser entregue ao TRT no formato impresso e em arquivo digitalizado, na extensão "pdf", por meio eletrônico.

**Parágrafo Décimo Quarto** – Caso sejam observados problemas nos relatórios, a CONTRATADA deverá reapresentar o material devidamente saneado no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis.

**Parágrafo Décimo Quinto** – O prazo de adimplemento das obrigações contratadas admite prorrogação, nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida pelo TRT contemporaneamente ao fato que a ensejar.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** – A CONTRATADA se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, e se obriga a:

1. informar aos fiscais do contrato, imediatamente e por escrito, qualquer ocorrência verificada durante a prestação dos serviços;
2. executar o objeto do contrato em prazo não superior ao máximo estipulado neste instrumento, sob pena das penalidades indicadas na cláusula quinze;
3. executar os serviços de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverá ser formulada por escrito ao TRT, devidamente fundamentada, para análise pela fiscalização do contrato;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

4. responder pelos danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRT;
5. responsabilizar-se pelo pagamento de multas e demais encargos de natureza administrativa decorrentes do exercício das atividades profissionais relacionadas ao objeto do contrato, assim como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
6. comparecer à reunião de abertura dos trabalhos nas instalações do TRT antes do início das atividades, a fim de esclarecer eventuais dúvidas e receber as informações exigidas para execução dos trabalhos, bem como apresentar o cronograma de atividades e a metodologia de trabalho;
7. emitir parecer sobre questionamentos referentes ao objeto contratado durante a vigência de cada documento, sempre que o TRT solicitar;
8. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
9. garantir a segurança e idoneidade das avaliações;
10. prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRT, cujas reclamações se obriga a atender, apresentando formalmente as ações corretivas cabíveis;
11. apresentar ao TRT, antes do início da prestação dos serviços, a relação nominal dos profissionais executores dos procedimentos em cada Unidade, bem como a documentação comprobatória pertinente aos profissionais;
12. fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários;
13. substituir o profissional no caso de impossibilidade do seu comparecimento ao trabalho, independente da motivação, visando o cumprimento dos serviços de forma ininterrupta, comunicando imediatamente ao TRT o nome do profissional substituto;
14. designar um preposto, aceito pelo TRT, para representá-la na execução deste contrato, apresentando-o ao gestor deste contrato antes do início da execução dos serviços;
15. responsabilizar-se pela disponibilização dos recursos materiais necessários realização dos trabalhos;
16. utilizar sempre instrumentos de medição com calibração válida e rastreável;
17. arcar com eventuais prejuízos causados ao TRT, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos de força maior comprovada, caso fortuito ou impossibilidade notória, em face de instruções oriundas da Administração Pública, de órgãos de classe ou decorrentes de decisões judiciais.
18. comunicar ao TRT, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da CONTRATADA durante a vigência deste contrato, encaminhando, junto com a comunicação, cópia do documento de formalização da respectiva alteração;
19. responsabilizar-se pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir vínculo deles com o TRT;
20. observar as recomendações constantes do "Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 310/2021, de 24/09/2021), sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, em especial as seguintes:
  - a) manter essas condições que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

a.1) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016;

a.2) não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

21. manter, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:

a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);

c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

22. observar e atender às disposições editadas por este TRT, bem como na Resolução CNJ nº 322/2021, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso geral e obrigatório de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, bem como cuidar para que seus colaboradores estejam de posse do comprovante do gesto vacinal completo quando da prestação de serviço nas dependências do TRT;

23. realizar, para fins de pagamento da prestação dos serviços pelo TRT, o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SI-GEO), observando-se o disposto nas cláusulas deste dispositivo referentes ao faturamento e recebimento. O cadastramento será realizado no endereço eletrônico: <https://portal.si-geo.jt.jus.br/portal-externo/0>.

**Parágrafo Primeiro** – O(s) profissional(is) indicado(s) pela CONTRATADA para fins de comprovação da qualificação técnica na licitação deverá(ão) atuar como responsável(is) técnico(s) na execução dos serviços contratados, admitindo-se sua substituição somente por outro(s) que detenha(m) as mesmas qualificações exigidas neste instrumento e por motivos relevantes e justificáveis, sob prévia avaliação do TRT.

**Parágrafo Segundo** – As obrigações da CONTRATADA expressamente enunciadas nesta cláusula têm caráter não exaustivo, não se excluindo outras necessárias à perfeita e integral execução do objeto, estabelecidas no Termo de Referência desta contratação ou decorrentes da legislação aplicável à espécie.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA** - Fica vedado à CONTRATADA:

1. a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargo de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT,



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

nos termos do que dispõe o artigo 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução nº 9/2005;

2. ceder ou transferir, no todo ou em parte nem mesmo parcialmente, o objeto deste contrato a terceiros, salvo nas hipóteses de transformação empresarial a que se refere a cláusula dezoito desde que previamente autorizada por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;

3. caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

**Parágrafo Primeiro** – A vedação a que se refere o item “1” do *caput* desta cláusula alcança o parentesco natural e civil, na linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

**Parágrafo Segundo** – O descumprimento de qualquer das disposições desta cláusula ensejará a rescisão do presente contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos da cláusula dezesseis.

**CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT** – Para a perfeita execução do presente contrato, o TRT se obriga a:

1. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, colocando-se à disposição para dirimir dúvidas e prestar quaisquer esclarecimentos necessários, por meio de reuniões que devem ser previamente solicitadas pela CONTRATADA e agendadas, a serem realizadas presencialmente ou por teleconferência, com a Secretaria de Saúde do TRT;
2. comunicar aos gestores das unidades, antes do início dos trabalhos de avaliação e de elaboração do GRO, PGR e LTCAT, o serviço a ser executado, assim como o cronograma e os dados da CONTRATADA;
3. assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que os serviços se fizerem necessários, mediante agendamento e conforme cronograma prévio;
4. anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas;
5. fornecer à CONTRATADA a relação dos magistrados e servidores de cada Unidade;
6. acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de fiscal nomeado para esse fim;
7. efetuar o pagamento dos serviços contratados, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento.

**CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DOS SERVIÇOS** – O valor total deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), sendo:

Item	Circunscrição/Cidade-Sede	Serviço	Valor R\$
1	Circunscrição 1 - Campinas	GRO, PGR e LTCAT	
2	Circunscrição 2 - Sorocaba	GRO, PGR e LTCAT	
3	Circunscrição 3 - São José dos Campos	GRO, PGR e LTCAT	
4	Circunscrição 4 - Ribeirão Preto	GRO, PGR e LTCAT	
5	Circunscrição 5 - Araçatuba	GRO, PGR e LTCAT	
6	Circunscrição 6 - Presidente Prudente	GRO, PGR e LTCAT	





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

7	Circunscrição 7 – São José do Rio Preto	GRO, PGR e LTCAT	
8	Circunscrição 8– Bauru	GRO, PGR e LTCAT	

**Parágrafo Único** – Estão incluídos no valor dos serviços contratados todos os tributos, taxas, contribuições, bem como quaisquer outras despesas, incidentes direta ou indiretamente sobre o objeto contratual, na forma e nas condições estipuladas pela legislação em vigor na data da celebração deste contrato, considerados a época e o período de exigibilidade dos mesmos.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE** – Caso o prazo da vigência contratual ultrapasse os 12 meses, o valor dos serviços contratados será reajustado anualmente, a contar da data da sessão pública de apresentação da proposta, prevista no edital ao qual está vinculado este contrato, pela variação do IPCA-IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo, editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) verificada nos últimos doze meses anteriores ao reajuste.

**CLÁUSULA OITAVA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO** – A execução do objeto deste contrato será acompanhada pelo Secretário de Saúde do TRT, Sr. Sérgio de Oliveira Cordeiro, designado gestor do contrato, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

**Parágrafo Primeiro** – O gestor deste contrato será auxiliado:

I - Nas funções de fiscalização administrativa do contrato, pelo servidor André Luís Tomadão, Assistente-Chefe da Seção de Controle da Execução da Coordenadoria de Contratos do TRT e, como suplente, Carlos Rodrigues da Silva; e

II - Nas funções de fiscalização demandante do contrato, pela servidora Rosemary Rodrigues Miguel, da Secretaria de Saúde do TRT.

**Parágrafo Segundo** – A atuação fiscalizadora, de que trata esta cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao TRT ou a terceiros resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

**CLÁUSULA NONA: DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA** – A CONTRATADA será responsabilizada civilmente por danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros na execução do contrato ou, ainda, por danos provocados por seus profissionais aos bens e instalações onde estiverem desenvolvendo suas atribuições e pelo extravio de documentos ou objetos do TRT, quando comprovados dolo, negligência, imprudência ou imperícia. Deverá a CONTRATADA proceder, imediatamente, aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento.

**Parágrafo Único** - Responderá também, administrativamente, a CONTRATADA por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução do contrato.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

**CLÁUSULA DEZ: DO FATURAMENTO** - No texto da nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, relativa aos serviços contratados, deverão constar: o objeto da prestação de serviços, o valor total, e o número deste contrato e do processo que deu origem a esta contratação (PROAD nº 10802/2022).

**Parágrafo Primeiro** - As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão ser emitidas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços e transmitidas ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO) até o dia 15 (quinze) do mês da emissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas.

**Parágrafo Segundo** - Se o último dia do prazo previsto no parágrafo anterior não for dia útil, a transmissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas ao Sistema SIGEO deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

**Parágrafo Terceiro** - As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, serão protocolizadas pelo gestor no ato do seu recebimento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO).

**CLÁUSULA ONZE: DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:** O objeto deste contrato executado em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento será recebido pelo gestor deste contrato, mediante termos circunstanciados, nas seguintes formas:

**1. provisoriamente**, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, no momento da entrega do objeto contratado, no formato impresso e em arquivos digitalizados, na extensão "pdf"; e

**2. definitivamente**, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento provisório e após a comprovação da perfeita execução e do cumprimento das condições estabelecidas no instrumento contratual.

**Parágrafo Primeiro** - Serão rejeitados, total ou parcialmente, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, observado o disposto no item "8" da cláusula terceira.

**Parágrafo Segundo** - Se houver erro na nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, ou a ocorrência do disposto no parágrafo anterior ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

**CLÁUSULA DOZE: DO PAGAMENTO** - O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos serviços, conforme dispõe o artigo 73 da Lei nº 8.666/1993, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta-corrente indicada pela CONTRATADA no processo licitatório.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

**Parágrafo Primeiro** – A realização do pagamento à CONTRATADA somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

**Parágrafo Segundo** – Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS/PASEP, CONFINS, ISSQN, INSS). No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela CONTRATADA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

**Parágrafo Terceiro** – Na data da emissão da ordem bancária, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade, conforme o item “21” da cláusula terceira, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou de força maior. Neste caso, tão logo cessem as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da CONTRATADA e, se verificada irregularidade, o contrato poderá ser rescindido por culpa da CONTRATADA, a critério do TRT, nos termos da cláusula dezesseis, com a aplicação das penalidades cabíveis.

**Parágrafo Quarto** – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Parágrafo Quinto** - No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente da CONTRATADA, refere-se aos trâmites interbancários.

**Parágrafo Sexto** - No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRT encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**Parágrafo Sétimo** - O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

**CLÁUSULA TREZE: DA VIGÊNCIA** – A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste instrumento.

**CLÁUSULA QUATORZE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas com a execução deste contrato serão atendidas à conta da Lei Orçamentária n.º 14.303, de 21/01/2022, publicada no D.O.U de 24/01/2022, assim classificadas:




Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

Nota de Empenho: \_\_\_\_\_NE\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**Parágrafo Único** – Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da dotação que for prevista para atender a obrigações da mesma natureza.

**CLÁUSULA QUINZE: DAS SANÇÕES** – O atraso injustificado na execução dos serviços contratados, relativamente a qualquer dos prazos estabelecidos na cláusula segunda deste contrato, implicará as seguintes multas à CONTRATADA, calculadas da seguinte forma:

- a) sendo extrapolado o prazo total para execução do objeto contratado, multa de 1% (um por cento) por dia útil, sobre o valor da contratação, até o limite de 10% (dez por cento); e
- b) havendo descumprimento de quaisquer condições estabelecidas neste instrumento para as quais não haja previsão de sanções específicas, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

**Parágrafo Primeiro** – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.

**Parágrafo Segundo** – Os atrasos de que trata esta cláusula serão contados a partir do primeiro dia útil posterior à data em que a obrigação deveria ter sido cumprida.

**Parágrafo Terceiro** – A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

**Parágrafo Quarto** – Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

**CLÁUSULA DEZESSEIS: DA RESCISÃO** – Constituem motivos para a rescisão do presente contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízos das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.

**Parágrafo Primeiro** – O atraso injustificado na execução dos serviços por período superior a 20 (vinte) dias poderá ensejar, a critério do TRT, a rescisão do contrato, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993, por culpa da CONTRATADA.

**Parágrafo Segundo** – A rescisão deste contrato por culpa da CONTRATADA implicará multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total deste contrato.

**Parágrafo Terceiro** – Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

**CLÁUSULA DEZESSETE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS** - As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT ou por meio de desconto de seus eventuais créditos. Inexistindo crédito em favor da CONTRATADA, os valores deverão ser por ela recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento-AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

**CLÁUSULA DEZOITO: DAS TRANSFORMAÇÕES DA CONTRATADA E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO CONTRATUAL** - Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, o presente contrato poderá ser mantido com a CONTRATADA, ou cedido ou transferido, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

1. a empresa CONTRATADA remanescente ou a beneficiária da cessão ou da transferência demonstre possuir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculado este contrato, em especial as comprovações de regularidade previstas no item "21" da cláusula terceira;
2. não se verifique fraude à licitação.

**CLÁUSULA DEZENOVE: DA ASSINATURA** – A assinatura deste instrumento, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito desta contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

**Parágrafo Primeiro** – A assinatura de documentos pela CONTRATADA será admitida nas seguintes modalidades:

- a- assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e
- b- assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela CONTRATADA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

**Parágrafo Segundo** – A assinatura realizada na forma desta cláusula será considerada válida para todos os efeitos legais.

**Parágrafo Terceiro** – O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

**Parágrafo Quarto** – Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela CONTRATADA, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, conforme parágrafo terceiro desta cláusula, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela CONTRATADA em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

**CLÁUSULA VINTE: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS** - Para os fins dispostos na LGPD - Lei nº 13.709/2018, a CONTRATADA é considerada "Operadora" e DECLARA, no



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

ato da assinatura deste contrato, ter conhecimento e que adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº006/2021, assumindo o compromisso de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais os seguintes:

- I- apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do TRT e nos instrumentos contratuais;
- II- manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;
- III- seguir fielmente as diretrizes e as instruções transmitidas pelo TRT;
- IV - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRT, mediante solicitação;
- V - permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo TRT por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
- VI - auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo TRT, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- VII - comunicar formalmente e de imediato ao "Encarregado" pelo tratamento de dados pessoais, indicado pelo TRT, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
- VIII - descartar de forma irrecuperável, ou devolver para o TRT, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual.

**Parágrafo Primeiro:** A proteção de dados pessoais dos colaboradores da CONTRATADA observará as determinações fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma da LGPD e da legislação e regulamentação correlatas.

**Parágrafo Segundo:** O TRT poderá requisitar, a qualquer tempo e desde que não seja objeto de sigilo ou proteção legal, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA.

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA fica ciente que, para a celebração deste contrato e a execução do seu objeto, o TRT tem acesso a dados pessoais dos representantes legais da CONTRATADA e, assim, estes DECLARAM, no ato da assinatura deste contrato, o seu consentimento com o tratamento desses dados pelo TRT, os quais são:

- a) protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria para registrar autorizações, utilização, impactos e violações;
- b) mantidos disponíveis, exatos, adequados, pertinentes e atualizados, sendo retificado ou eliminado o dado pessoal mediante informação ou constatação de impropriedade respectiva ou face a solicitação de remoção, devendo a neutralização ou descarte do dado observar as condições e os períodos da tabela de prazos de retenção de dados;
- c) compartilhados somente para o exercício das atividades voltadas ao estrito exercício de suas competências legais e constitucionais, ou para atendimento de políticas públicas aplicáveis; e





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

d) revistos em periodicidade mínima anual, sendo de imediato eliminados aqueles que já não forem necessários, por terem cumprido sua finalidade ou por ter se encerrado o seu prazo de retenção.

**Parágrafo Quarto:** A inobservância da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, referida no Caput, acarretará a apuração das responsabilidades penal, civil e administrativa, previstas nas normas internas do TRT e na legislação em vigor.

**CLÁUSULA VINTE E UM: DA COMPATIBILIDADE** – A CONTRATADA assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS: DA LEGISLAÇÃO** - Aplicam-se à execução do presente contrato, especialmente aos casos omissos, a Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS: DA VINCULAÇÃO** - O presente contrato está vinculado ao PROAD 10802/2022 e à proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA VINTE E QUATRO: DO FORO** - Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato.

**CLÁUSULA VINTE E CINCO: DA CONCORDÂNCIA** - As partes declaram, neste ato, que se acham de acordo e se submetem às cláusulas deste contrato.

E, por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas,        de                      de 2022.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

---

**TRT**

---

**CONTRATADA**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2022**  
**PROAD Nº 10802/2022**  
**ANEXO**

**CIRCUNSCRIÇÕES E RESPECTIVAS UNIDADES**

<b>I - CAMPINAS (cidade-sede)</b>				
<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>m2 do imóvel</b>	<b>Quantitativo de magistrados e servidores *</b>	<b>Ocupações</b>
<b>AMERICANA (2 Varas do Trabalho)</b>	AVENIDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 3000 - 3º ANDAR - VILA ISRAEL - AMERICANA-SP - CEP: 13.478-540	1.439,08 m2	33	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>AMPARO</b>	AVENIDA BERNARDINO DE CAMPOS, 07 - CENTRO - AMPARO-SP - CEP: 13.900-400	469,14 m2	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ARARAS</b>	PRACA BARÃO DE ARARAS, 171 - 1º ANDAR - CENTRO - ARARAS-SP - CEP: 13.600-040	770,12 m2	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ATIBAIA</b>	RUA JOÃO PIRES, 1200 - CENTRO - ATIBAIA- SP - CEP: 12.940-550	1219,85 m2	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BRAGANÇA PAULISTA</b>	AVENIDA DOS IMIGRANTES, 1387 - JARDIM AMÉRICA - BRAGANÇA PAULISTA-SP - CEP: 12.902-000	765,22 m2	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAMPINAS (12 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)</b>	AVENIDA JOSÉ DE SOUZA CAMPOS, 422 - CAMBUÍ - CAMPINAS-SP - CEP: 13.092-123	16.740,07 m2	228	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAMPINAS – Sede Judicial</b>	RUA BARÃO DE JAGUARA, 901 - CENTRO - CAMPINAS-SP - CEP: 13.015-927	26.381,79 m2	1255	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAMPINAS – Sede Administrativa</b>	RUA DR. QUIRINO, 1080 - CENTRO - CAMPINAS-SP - CEP: 13.015-081	10.588,53 m2	285	Servidores, estagiários, terceirizados.





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

<b>CAMPINAS – Anexo Barão</b>	RUA BARÃO DE JAGUARA, 945 – CENTRO – CAMPINAS-SP – CEP: 13.015-927	993,30 m2	59	Servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAMPINAS - Almojarifado</b>	RUA ÂNGELA SIGNORI GRIGOL, 5 – JARDIM AMÉRICA - CAMPINAS-SP	3.663,88	7	Servidores, terceirizados.
<b>CAMPO LIMPO PAULISTA</b>	AVENIDA ADHERBAL DA COSTA MOREIRA - JARDIM AMÉRICA - CAMPO LIMPO PAULISTA-SP - CEP: 13.231-190	1.196,80 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAPIVARI</b>	RUA GENERAL OSÓRIO, 1174/1188 - CENTRO - CAPIVARI-SP - CEP: 13.360-000	986,52 m2	16	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ESPÍRITO SANTO DO PINHAL – Posto Avançado</b>	RUA DR. JOÃO MENDES, 126 - LARGO SÃO JOÃO - ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP - CEP: 13.990-000	295,92 m2	3	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>HORTOLÂNDIA</b>	AVENIDA ANHANGUERA, 252 - VILA REAL - HORTOLÂNDIA-SP - CEP: 13.183-140	454,00 m2	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>INDAIATUBA</b>	RUA DAS PRIMAVERAS, 3021 - JARDIM POMPÉIA - INDAIATUBA-SP - CEP: 13.348- 721	944,48 m2	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITAPIRA</b>	RUA CONSELHEIRO DANTAS, 79 - ESQUINA COM RUA GENERAL OSÓRIO - CENTRO - ITAPIRA-SP - CEP: 13.970-225	1.123,94 m2	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITATIBA</b>	AVENIDA DA SAUDADE, 584 - JARDIM STA. TEREZINHA - ITATIBA-SP - CEP: 13.253-000	1.505,52 m2	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITU</b>	RUA SANTA CRUZ, 533 - CENTRO - ITU-SP - CEP: 13.300-090	970,59 m2	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>JUNDIAÍ (4 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)</b>	RUA DA PADROEIRA, 499 - CENTRO - JUNDIAÍ-SP - CEP: 13.201-026	2177,25 m2 + 463,27 m2 (Arquivo...)	65	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

<b>LEME</b>	RUA NEWTON PRADO, 148 - CENTRO - LEME-SP - CEP: 13.610-120	640,05 m2	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>LIMEIRA (2 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CE-JUSC)</b>	RUA HENRIQUE JACOBS, 2040 - PARQUE EGISTO RAGAZZO - LIMEIRA-SP - CEP: 13.485-321	2.550,00 m2	30	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>MOGI-GUAÇU</b>	AVENIDA BRASIL, 4801 - JARDIM SERRA DOURADA - MOGI GUACU-SP - CEP: 13.844- 210	1.064,06 m2	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>MOGI-MIRIM</b>	RUA LUIZ GONZAGA GUERREIRO, 80 - JARDIM MARIA BEATRIZ - MOGI MIRIM-SP - CEP: 13.803- 011	685,00 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PAULÍNIA (2 Varas do Trabalho)</b>	AVENIDA DOS EXPEDICIONÁRIOS, 1500 - VISTA ALEGRE - PAULÍNIA-SP - CEP: 13.140- 176	1.695,93 m2	22	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PAULÍNIA - Arquivo</b>	AVENIDA JOAQUIM ARICO, 34 - BETEL - PAULÍNIA-SP	3.700,00 m2	5	Servidores, terceirizados.
<b>PEDREIRA - Posto Avançado</b>	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 150 - PEDREIRA-SP - CEP: 13.920-000	185,60 m2	3	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PIRACICABA (3 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CE-JUSC)</b>	RUA JOÃO PEDRO CORREA, 810 - BAIRRO IAA - PIRACICABA-SP - CEP: 13.411-142	2.005,35 m2	47	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>RIO CLARO</b>	AVENIDA CIDADE JUDICIÁRIA, 289 - VILA NOVA - RIO CLARO-SP - CEP: 13.506-548	1.067,23 m2	19	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SALTO</b>	RUA JOSÉ GALVÃO, 196 - CENTRO - SALTO- SP - CEP: 13.320-170	861,00 m2	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SANTA BÁRBARA D'OESTE</b>	RUA GENERAL OSÓRIO, 83 - CENTRO - SANTA BÁRBARA D'OESTE-SP - CEP: 13.450- 026	878,70 m2	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

<b>SÃO JOÃO DA BOA VISTA</b>	RUA LUIZ PREVIEIRO, 91 - JARDIM SÃO DOMINGOS - SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP - CEP: 13.870-000	633,12 m2	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SUMARÉ</b>	RUA ERNESTO BARIJAN, 645 - PLANALTO DO SOL - SUMARÉ-SP - CEP: 13.171-180	987,30 m2	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>VALINHOS – Posto Avançado</b>	RUA FRANCISCO GLICÉRIO, 591 - VILA EMBARÉ - VALINHOS-SP - CEP: 13.271-200	188,00 m2	3	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>VINHEDO – Posto Avançado</b>	RUA MARIA BERRETTINI EDUETA, ESQUINA COM A RUA JOÃO EDUETA, 10 - CAPELA - VINHEDO-SP - CEP: 13.280-000	403,54 m2	6	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

<b>II - SOROCABA (cidade-sede)</b>				
<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>m2 do imóvel</b>	<b>Quantitativo de magistrados e servidores *</b>	<b>Ocupações</b>
<b>CAPÃO BONITO</b>	RUA RAFAEL MACHADO NETO, 328 - VILA NOVA CAPÃO BONITO - CAPÃO BONITO-SP - CEP: 18.304-130	700,22 m2	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITANHAÉM</b>	RUA RUI BARBOSA, ESQ. RUA PROF. DINORAH CRUZ, 12 - CENTRO - ITANHAÉM- SP - CEP: 11.740-000	937,47 m2	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITAPETININGA</b>	RUA PRESIDENTE JÂNIO DA SILVA QUADROS, 40 - JARDIM MARABÁ - ITAPETININGA-SP - CEP: 18.213-645	617,34 m2	16	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITAPEVA</b>	AVENIDA DOUTOR JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES, 1070 - CENTRO - ITAPEVA-SP - CEP: 18.400-510	1432,60 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITARARÉ</b>	RUA 28 DE AGOSTO, 375 - CENTRO - ITARARÉ-SP - CEP: 18.460-000	518,93 m2	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

<b>PIEDADE</b>	RUA JOSÉ BATISTA, 152 - CENTRO - PIEDADE-SP - CEP: 18.170-000	635,24 m2	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>REGISTRO</b>	AVENIDA CLARA GIANOTTI DE SOUZA,, 1555 - VILA NOVA RIBEIRA - REGISTRO-SP - CEP: 11.900-000	732,88 m2	16	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO ROQUE</b>	RUA DR. ANGELO MENEZES, 550 - CENTRO - SÃO ROQUE-SP - CEP: 18.130-433	960,43 m2	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SOROCABA (4 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)</b>	RUA MINISTRO COQUEIRO COSTA, 61 - BOA VISTA - SOROCABA-SP - CEP: 18.013-550	2.314,38 m2	85	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TATUI</b>	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 170 - CENTRO - TATUI- SP - CEP: 18.270-010	1.205,01 m2	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TIETÊ</b>	RUA DO COMÉRCIO, 511 - CENTRO - TIETÊ- SP - CEP: 18.530-000	774,92 m2	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

<b>III - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (cidade-sede)</b>				
<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>m2 do imóvel</b>	<b>Quantitativo de magistrados e servidores *</b>	<b>Ocupações</b>
<b>APARECIDA</b>	AVENIDA PADROEIRA DO BRASIL, 437 - CENTRO - APARECIDA-SP - CEP: 12.570-000	623,08 m2	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAÇAPAVA</b>	RUA TREZE DE MAIO, 40 - SALAS 15 A 28 - CENTRO - CACAPAVA-SP - CEP: 12.281-600	608,40 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAMPOS DO JORDÃO - Posto Avançado</b>	RUA JOSÉ DA MATTA, 105 - VILA ABERNÉSSIA - CAMPOS DO JORDÃO-SP - CEP: 12.460-000	350,45 m2	6	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CARAGUATATUBA</b>	AVENIDA PRESCILIANA DE CASTILHO, 600 - CENTRO - CARAGUATATUBA-SP - CEP: 11.660-330	923,91 m2	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

<b>CRUZEIRO</b>	RUA SEBASTIÃO VIEIRA DA SILVA, 101 - VILA PAULO ROMEU - CRUZEIRO-SP - CEP: 12.710-540	805,03 m2	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>GUARATINGUETÁ</b>	RUA PROFESSOR SYLVIO JOSÉ MARCONDES COELHO, 33 - GUARATINGUETÁ-SP - CEP: 12.500-971	631,08 m2	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>JACAREÍ (2 Varas do Trabalho)</b>	AVENIDA PENSILVÂNIA, 412 - JARDIM FLÓRIDA - JACAREÍ-SP - CEP: 12.321-050	1.508,00 m2	26	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>LORENA</b>	AVENIDA DOUTOR PEIXOTO DE CASTRO, 360 - CRUZ - LORENA-SP - CEP: 12.606-580	510,78 m2 + 34,42 m2 (Arquivo)	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PINDAMONHANGABA</b>	RUA DOUTOR OCTAVIO OSCAR CAMPELLO DE SOUZA, 85 - PARQUE DAS NAÇÕES - PINDAMONHANGABA-SP - CEP: 12.420-350	475,97 m2	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (5 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC, Posto de Saúde)</b>	RUA JUIZ DAVID BARRILLI, 85 - PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP - CEP: 12.246-200	3.738,49 m2	83	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO SEBASTIÃO</b>	ALAMEDA VEREADOR MÁRIO OLEGÁRIO LEITE, 55 - CENTRO - SÃO SEBASTIÃO-SP - CEP: 11.600-000	304,60 m2 + 108,94 m2 (Arquivo)	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TAUBATÉ (2 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)</b>	AVENIDA BRIGADEIRO JOSÉ VICENTE DE FARIA LIMA, S/N - JARDIM MARIA AUGUSTA - TAUBATÉ-SP - CEP: 12.070-000	2.157,74 m2	30	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>UBATUBA</b>	AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, 691 - CENTRO - UBATUBA-SP - CEP: 11.680-000	504,42 m2	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

**IV - RIBEIRÃO PRETO (cidade-sede)**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

Unidade	Endereço	m2 do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
<b>ARARAQUARA</b> (3 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CE-JUSC)	AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 176 - CENTRO - ARARAQUARA-SP - CEP: 14.801-150	3.826,16 m2	42	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BATATAIS</b>	AVENIDA GENERAL OSÓRIO, 294 - CENTRO - BATATAIS-SP - CEP: 14.300-000	773,00 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BEBEDOURO</b>	RUA DOUTOR OSCAR WERNECK, 634 - CENTRO - BEBEDOURO-SP - CEP: 14.701-120	666,36 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAJURU</b>	RUA CORONEL MANOEL CAETANO, 181 - CENTRO - CAJURU-SP - CEP: 14.240-000	1032,27 m2	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CRAVINHOS</b>	AVENIDA FAGUNDES, 196 - CENTRO - CRAVINHOS-SP - CEP: 14.140-000	1.354,57 m2	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>FRANCA</b> (2 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CE-JUSC))	RUA FREI GERMANO, 2310 - 1º ANDAR - ESTAÇÃO - FRANCA-SP - CEP: 14.405-215	1.633,83 m2	39	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITUVERAVA</b>	PRACA DEPUTADO HÉLVIO NUNES DA SILVA, 226 - CENTRO - ITUVERAVA-SP - CEP: 14.500-000	637,18 m2	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>JABOTICABAL</b> (2 Varas do Trabalho)	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 497 - APARECIDA - JABOTICABAL-SP - CEP: 14.882-035	972,35 m2 + 114,40 m2	22	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>MATÃO</b>	RUA JUNDIAÍ, 1270 - NOVA MATÃO - MATÃO-SP - CEP: 15.990-510	339,02 m2 + 123,79 m2 (Arquivo)	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>MOCOCA</b>	PRACA MARECHAL DEODORO, 66 - CENTRO - MOCOCA-SP - CEP: 13.730-047	448,48 m2	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>MORRO AGUDO - Posto Avançado</b>	RUA DAS MARGARIDAS, 119 - JARDIM MARINA - MORRO AGUDO-SP - CEP: 14.640-000	409,05 m2	5	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

<b>ORLÂNDIA</b>	AVENIDA QUATRO, 290 - CENTRO - ORLÂNDIA-SP - CEP: 14.620-000	555,60 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PIRASSUNUNGA</b>	AVENIDA PADRE ANTONIO VANN ESS, 1241 - ROSÁRIO - PIRASSUNUNGA-SP - CEP: 13.634-000	497,04 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PORTO FERREIRA</b>	AVENIDA JÚLIO DE OLIVEIRA DORTA, 950 - RE-CANTO BELA VISTA - PORTO FERREIRA-SP - CEP: 13.661-350	1.446,43 m2	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>RIBEIRÃO PRETO (6 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)</b>	RUA AFONSO TARANTO, 105 - NOVA RIBEIRÂNIA - RIBEIRÃO PRETO-SP - CEP: 14.096-740	4.588,82 m2 + 2.391,19 m2 (Arquivo)	125	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO CARLOS (2 Varas do Trabalho)</b>	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 888 - NÚCLEO RESIDENCIAL SILVIO VILARI - SÃO CARLOS- SP - CEP: 13.560-610	1.652,40 m2	31	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO JOAQUIM DA BARRA</b>	RUA VOLUNTÁRIO GERALDO, 1636 - CENTRO - SÃO JOAQUIM DA BARRA-SP - CEP: 14.600-000	511,42 m2	16	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO JOSÉ DO RIO PARDO</b>	RUA CORONEL MARÇAL, 70 - CENTRO - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO-SP - CEP: 13.720-000	606,65 m2	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SERTÃOZINHO (2 Varas do Trabalho)</b>	RUA ANTONIO SERON, 254 - CENTRO - SERTÃOZINHO-SP - CEP: 14.160-520	2.479,02 m2	26	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TAQUARITINGA</b>	AVENIDA VICENTE JOSÉ PARISE, 1380 - CENTRO - TAQUARITINGA-SP - CEP: 15.900-027	725,00 m2	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

<b>V - ARAÇATUBA (cidade-sede)</b>				
<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>m2 do imóvel</b>	<b>Número de magistrados e servidores *</b>	<b>Ocupações</b>



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

<b>ANDRADINA</b>	RUA CORUMBÁ, 901 - STELLA MARIS - ANDRADINA-SP - CEP: 16.901-180	653,38 m2	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ARAÇATUBA (3 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC e Posto de Saúde)</b>	RUA DUQUE DE CAXIAS, 2130 - SAUDADE - ARAÇATUBA-SP - CEP: 16.020-225	1507,84 m2	47	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BIRIGUI</b>	AVENIDA YOUSEFF ISMAIL MANSOUR, 300 - JARDIM ALTO DO SILVARES - BIRIGUI-SP - CEP: 16.202-404	658,03 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>LINS</b>	RUA VAL DE PALMAS, 168 - JARDIM AMERICANO - LINS-SP - CEP: 16.400-669	734,28 m2	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PENAPÓLIS</b>	PRACA DOUTOR CARLOS SAMPAIO FILHO, 25 - CENTRO - PENAPÓLIS-SP - CEP: 16.300-019	516,34 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

<b>VI - PRESIDENTE PRUDENTE (cidade-sede)</b>				
<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>m2 do imóvel</b>	<b>Quantitativo de magistrados e servidores *</b>	<b>Ocupações</b>
<b>ADAMANTINA</b>	AVENIDA RIO BRANCO, 1939 - CENTRO - ADAMANTINA-SP - CEP: 17.800-000	1.054,78 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ASSIS (2 Varas do Trabalho)</b>	RUA WALTER ANTONIO FONTANA, 625 - VILA CLÁUDIA - ASSIS-SP - CEP: 19.815-340	1.749,20 m2	24	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>DRACENA</b>	RUA SALVADOR, 125 - CENTRO - DRACENA- SP - CEP: 17.900-000	557,66 m2	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PRESIDENTE PRUDENTE (2 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)</b>	AVENIDA QUATORZE DE SETEMBRO, 1080 - JARDIM PAULISTANO - PRESIDENTE PRUDENTE-SP - CEP: 19.014-000	3.750,27 m2	46	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

<b>PRESIDENTE VENCESLAU</b>	RUA GENERAL OSÓRIO, 37 - CENTRO - PRESIDENTE VENCESLAU-SP - CEP: 19.400-000	609,63 m2	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>RANCHARIA</b>	AVENIDA PEDRO DE TOLEDO, 919 - 929 - CENTRO - RANCHARIA-SP - CEP: 19.600-970	534,11 m2 + 108,68 m2 (Arquivo)	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TEODORO SAMPAIO</b>	RUA ALBERTO AMADOR, 774 - VILA SAO PAULO - TEODORO SAMPAIO-SP - CEP: 19.280-000	912,61 m2	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TUPÃ</b>	RUA NHAMBIQUARAS, 604 - CENTRO - TUPA-SP - CEP: 17.604-010	728,03 m2	9	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

<b>VII - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (cidade-sede)</b>				
<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>m2 do imóvel</b>	<b>Quantitativo de magistrados e servidores</b>	<b>Ocupações</b>
<b>BARRETOS</b>	AVENIDA CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO, 1300 - (REGIÃO DOS LAGOS) - AMÉRICA - BARRETOS-SP - CEP: 14.783-195	1.128,96 m2	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CATANDUVA (2Varas do Trabalho)</b>	RUA RECIFE, 585 - CENTRO - CATANDUVA- SP - CEP: 15.800-240	3.321,35 m2	30	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>FERNANDÓPOLIS</b>	AVENIDA EXPEDICIONÁRIOS BRASILEIROS, 1651 - CENTRO - FERNANDÓPOLIS-SP - CEP: 15.600-000	557,61 m2	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>JALES</b>	RUA NOVE, 1466 - JARDIM NOVA VIDA - JALES-SP - CEP: 15.700-018	312,93 m2 + 297,44 m2 (Arquivo)	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>JOSÉ BONIFÁCIO</b>	AVENIDA SÃO JOÃO, 52 - CENTRO - JOSÉ BONIFÁCIO-SP - CEP: 15.200-000	1032,88 m2	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>OLÍMPIA</b>	RUA SÃO JOÃO, 915 - CENTRO - OLÍMPIA-SP - CEP: 15.400-000	747,00 m2	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

<b>SÃO JOSÉ DO RIO PRETO</b> (4 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC e Posto de Saúde)	AVENIDA JOSÉ MUNIA, 5500 - CHÁCARA MUNICIPAL - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP - CEP: 15.090-185	3.566,74 m2	79	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TANABI</b>	AVENIDA GILDO SAVATIN, 550 - SANTA MÔNICA - TANABI-SP - CEP: 15.170-000	744,27 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>VOTUPORANGA</b>	RUA ALAGOAS, 2915 - PARQUE 8 DE AGOSTO - VOTUPORANGA-SP - CEP: 15.502-240	325,54 m2 + 231,18 m2 (Arquivo)	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

<b>VIII - BAURU (cidade-sede)</b>				
<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>m2 do imóvel</b>	<b>Quantitativo de magistrados e servidores *</b>	<b>Ocupações</b>
<b>AVARÉ</b>	RUA AMARAL PACHECO, 1120 - ÁGUA BRANCA - AVARÉ-SP - CEP: 18.700-290	707,48 m2	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BARIRI – Posto Avançado</b>	AVENIDA GENERAL OSÓRIO, 543 - CENTRO - BARIRI-SP - CEP: 17.250-000	489,20 m2	3	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BAURU</b> (4 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC e Posto de Saúde)	RUA ANTONIO CINTRA JÚNIOR, 3-11 - JARDIM CRUZEIRO DO SUL - BAURU-SP - CEP: 17.030-380	3.864,51 m2 + 325,44 m2 (Arquivo Geral)	67	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BOTUCATU</b>	RUA JOAQUIM LYRA BRANDÃO, 147 - VILA ASSUMPÇÃO - BOTUCATU-SP - CEP: 18.606-070	472,50 m2 + 183,83 m2 (Arquivo)	18	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>GARÇA</b>	RUA DR. RAFAEL PAES DE BARROS, 55 - CENTRO - GARÇA-SP - CEP: 17.400-970	631,08 m2	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITÁPOLIS</b>	RUA BERNARDINO DE CAMPOS, 645 - CENTRO - ITÁPOLIS-SP - CEP: 14.900-000	701,36 m2 + 403,16 m2 (Arquivo)	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 10802/2022-1

<b>JAÚ</b> <b>(2 Varas do Trabalho)</b>	RUA ROLANDO D'AMICO, 121 - VILA ASSIS - JAÚ- SP - CEP: 17.210-115	1.105,18 m2	27	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>LENÇÓIS PAULISTA</b> <b>(2 Varas do Trabalho)</b>	RUA CARLOS TRECENTI, 215 - VILA SANTA CECÍLIA - LENÇÓIS PAULISTA- SP - CEP: 18.683-214	623,62 m2 (2ª VT) + 569,98 m2 (1ª VT)	22	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>MARÍLIA</b> <b>(2 Varas do Trabalho)</b>	AVENIDA TIRADENTES, 580 - FRAGATA - MARÍLIA-SP - CEP: 17.501-330	1.529,10 m2	24	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>OURINHOS</b>	RUA PAULO SÁ, 565 - VILA MORAES - OURINHOS-SP - CEP: 19.900-221	822,81 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PEDERNEIRAS</b>	RUA JOSÉ FERNANDES GIL, 546 - JARDIM ARAÍ - PEDERNEIRAS-SP - CEP: 17.280-000	670,00 m2	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SANTA CRUZ DO RIO PARDO</b>	RUA CARLOS RIOS, 178 - CENTRO - SANTA CRUZ DO RIO PARDO-SP - CEP: 18.900-000	767,45 m2	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE

**CIRCUNSCRIÇÕES E RESPECTIVAS UNIDADES**

**I - CAMPINAS (cidade-sede)**

Unidade	Endereço	m <sup>2</sup> do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
<b>AMERICANA</b> (2 Varas do Trabalho)	AVENIDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 3000 - 3º ANDAR - VILA ISRAEL - AMERICANA-SP - CEP: 13.478-540	1.439,08 m <sup>2</sup>	33	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>AMPARO</b>	AVENIDA BERNARDINO DE CAMPOS, 07 - CENTRO - AMPARO-SP - CEP: 13.900-400	469,14 m <sup>2</sup>	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ARARAS</b>	PRACA BARÃO DE ARARAS, 171 - 1º ANDAR - CENTRO - ARARAS-SP - CEP: 13.600-040	770,12 m <sup>2</sup>	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ATIBAIA</b>	RUA JOÃO PIRES, 1200 - CENTRO - ATIBAIA- SP - CEP: 12.940-550	1219,85 m <sup>2</sup>	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BRAGANÇA PAULISTA</b>	AVENIDA DOS IMIGRANTES, 1387 - JARDIM AMÉRICA - BRAGANÇA PAULISTA-SP - CEP: 12.902-000	765,22 m <sup>2</sup>	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAMPINAS</b> (12 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)	AVENIDA JOSÉ DE SOUZA CAMPOS, 422 – CAMBUÍ - CAMPINAS-SP - CEP: 13.092-123	16.740,07 m <sup>2</sup>	228	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAMPINAS – Sede Judicial</b>	RUA BARÃO DE JAGUARA, 901 – CENTRO – CAMPINAS-SP – CEP: 13.015-927	26.381,79 m <sup>2</sup>	1255	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAMPINAS – Sede Administrativa</b>	RUA DR. QUIRINO, 1080 – CENTRO – CAMPINAS-SP – CEP: 13.015-081	10.588,53 m <sup>2</sup>	285	Servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAMPINAS – Anexo Barão</b>	RUA BARÃO DE JAGUARA, 945 – CENTRO – CAMPINAS-SP – CEP: 13.015-927	993,30 m <sup>2</sup>	59	Servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAMPINAS - Almoxarifado</b>	RUA ÂNGELA SIGNORI GRIGOL, 5 – JARDIM AMÉRICA - CAMPINAS-SP	3.663,88	7	Servidores, terceirizados.
<b>CAMPO LIMPO PAULISTA</b>	AVENIDA ADHERBAL DA COSTA MOREIRA - JARDIM AMÉRICA - CAMPO LIMPO PAULISTA-SP - CEP: 13.231-190	1.196,80 m <sup>2</sup>	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAPIVARI</b>	RUA GENERAL OSÓRIO, 1174/1188 - CENTRO - CAPIVARI-SP - CEP: 13.360-000	986,52 m <sup>2</sup>	16	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ESPÍRITO SANTO DO PINHAL</b>	RUA DR. JOÃO MENDES, 126 - LARGO SÃO	295,92 m <sup>2</sup>	3	Magistrados,





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
– Posto Avançado	JOÃO - ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP - CEP: 13.990-000			servidores, estagiários, terceirizados.
<b>HORTOLÂNDIA</b>	AVENIDA ANHANGUERA, 252 - VILA REAL - HORTOLÂNDIA-SP - CEP: 13.183-140	454,00 m²	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>INDAIATUBA</b>	RUA DAS PRIMAVERAS, 3021 - JARDIM POMPEIA - INDAIATUBA-SP - CEP: 13.348-721	944,48 m²	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITAPIRA</b>	RUA CONSELHEIRO DANTAS, 79 - ESQUINA COM RUA GENERAL OSÓRIO - CENTRO - ITAPIRA-SP - CEP: 13.970-225	1.123,94 m²	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITATIBA</b>	AVENIDA DA SAUDADE, 584 - JARDIM STA. TEREZINHA - ITATIBA-SP - CEP: 13.253-000	1.505,52 m²	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITU</b>	RUA SANTA CRUZ, 533 - CENTRO - ITU-SP - CEP: 13.300-090	970,59 m²	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>JUNDIAÍ</b> (4 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)	RUA DA PADROEIRA, 499 - CENTRO - JUNDIAÍ-SP - CEP: 13.201-026	2177,25 m² + 463,27 m² (Arquivo...)	65	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>LEME</b>	RUA NEWTON PRADO, 148 - CENTRO - LEME-SP - CEP: 13.610-120	640,05 m²	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>LIMEIRA</b> (2 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)	RUA HENRIQUE JACOBS, 2040 - PARQUE EGISTO RAGAZZO - LIMEIRA-SP - CEP: 13.485-321	2.550,00 m²	30	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>MOGI-GUAÇU</b>	AVENIDA BRASIL, 4801 - JARDIM SERRA DOURADA - MOGI GUACU-SP - CEP: 13.844-210	1.064,06 m²	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>MOGI-MIRIM</b>	RUA LUIZ GONZAGA GUERREIRO, 80 - JARDIM MARIA BEATRIZ - MOGI MIRIM-SP - CEP: 13.803-011	685,00 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PAULÍNIA</b> (2 Varas do Trabalho)	AVENIDA DOS EXPEDICIONÁRIOS, 1500 - VISTA ALEGRE - PAULÍNIA-SP - CEP: 13.140-176	1.695,93 m²	22	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PAULÍNIA</b> - Arquivo	AVENIDA JOAQUIM ARICO, 34 – BETEL – PAULÍNIA-SP	3.700,00 m²	5	Servidores, terceirizados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
<b>PEDREIRA</b> - Posto Avançado	RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 150 - PEDREIRA-SP - CEP: 13.920-000	185,60 m²	3	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PIRACICABA</b> (3 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)	RUA JOÃO PEDRO CORREA, 810 - BAIRRO IAA - PIRACICABA-SP - CEP: 13.411-142	2.005,35 m²	47	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>RIO CLARO</b>	AVENIDA CIDADE JUDICIÁRIA, 289 - VILA NOVA - RIO CLARO-SP - CEP: 13.506-548	1.067,23 m²	19	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SALTO</b>	RUA JOSÉ GALVÃO, 196 - CENTRO - SALTO-SP - CEP: 13.320-170	861,00 m²	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SANTA BÁRBARA D'OESTE</b>	RUA GENERAL OSÓRIO, 83 - CENTRO - SANTA BÁRBARA D'OESTE-SP - CEP: 13.450-026	878,70 m²	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO JOÃO DA BOA VISTA</b>	RUA LUIZ PREVIEIRO, 91 - JARDIM SÃO DOMINGOS - SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP - CEP: 13.870-000	633,12 m²	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SUMARÉ</b>	RUA ERNESTO BARIJAN, 645 - PLANALTO DO SOL - SUMARÉ-SP - CEP: 13.171-180	987,30 m²	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>VALINHOS</b> – Posto Avançado	RUA FRANCISCO GLICÉRIO, 591 - VILA EMBARÉ - VALINHOS-SP - CEP: 13.271-200	188,00 m²	3	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>VINHEDO</b> – Posto Avançado	RUA MARIA BERRETTINI EDUETA, ESQUINA COM A RUA JOÃO EDUETA, 10 - CAPELA - VINHEDO-SP - CEP: 13.280-000	403,54 m²	6	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

\* Quantitativo e demais dados de janeiro/2020, sujeitos a alterações.

**II - SOROCABA (cidade-sede)**

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
<b>CAPÃO BONITO</b>	RUA RAFAEL MACHADO NETO, 328 - VILA NOVA CAPÃO BONITO - CAPÃO BONITO-SP - CEP: 18.304-130	700,22 m²	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITANHAÉM</b>	RUA RUI BARBOSA, ESQ. RUA PROF.	937,47 m²	17	Magistrados,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
	DINORAH CRUZ, 12 - CENTRO - ITANHAÉM-SP - CEP: 11.740-000			servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITAPETININGA</b>	RUA PRESIDENTE JÂNIO DA SILVA QUADROS, 40 - JARDIM MARABÁ - ITAPETININGA-SP - CEP: 18.213-645	617,34 m²	16	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITAPEVA</b>	AVENIDA DOUTOR JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES, 1070 - CENTRO - ITAPEVA-SP - CEP: 18.400-510	1432,60 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITARARÉ</b>	RUA 28 DE AGOSTO, 375 - CENTRO - ITARARÉ-SP - CEP: 18.460-000	518,93 m²	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PIEDADE</b>	RUA JOSÉ BATISTA, 152 - CENTRO - PIEDADE-SP - CEP: 18.170-000	635,24 m²	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>REGISTRO</b>	AVENIDA CLARA GIANOTTI DE SOUZA,, 1555 - VILA NOVA RIBEIRA - REGISTRO-SP - CEP: 11.900-000	732,88 m²	16	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO ROQUE</b>	RUA DR. ANGELO MENEGUSSO,, 550 - CENTRO - SÃO ROQUE-SP - CEP: 18.130-433	960,43 m²	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SOROCABA</b> (4 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)	RUA MINISTRO COQUEIRO COSTA, 61 - BOA VISTA - SOROCABA-SP - CEP: 18.013-550	2.314,38 m²	85	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TATUI</b>	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 170 - CENTRO - TATUI-SP - CEP: 18.270-010	1.205,01 m²	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TIETÊ</b>	RUA DO COMÉRCIO, 511 - CENTRO - TIETÊ-SP - CEP: 18.530-000	774,92 m²	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

\* Quantitativo e demais dados de janeiro/2020, sujeitos a alterações.

**III - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (cidade-sede)**

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
<b>APARECIDA</b>	AVENIDA PADROEIRA DO BRASIL, 437 - CENTRO - APARECIDA-SP - CEP: 12.570-000	623,08 m²	12	Magistrados, servidores,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
				estagiários, terceirizados.
<b>CAÇAPAVA</b>	RUA TREZE DE MAIO, 40 - SALAS 15 A 28 - CENTRO - CACAPAVA-SP - CEP: 12.281-600	608,40 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAMPOS DO JORDÃO –</b> Posto Avançado	RUA JOSÉ DA MATTA, 105 - VILA ABERNÉSSIA - CAMPOS DO JORDÃO-SP - CEP: 12.460-000	350,45 m²	6	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CARAGUATATUBA</b>	AVENIDA PRESCILIANA DE CASTILHO, 600 - CENTRO - CARAGUATATUBA-SP - CEP: 11.660-330	923,91 m²	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CRUZEIRO</b>	RUA SEBASTIÃO VIEIRA DA SILVA, 101 - VILA PAULO ROMEU - CRUZEIRO-SP - CEP: 12.710-540	805,03 m²	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>GUARATINGUETÁ</b>	RUA PROFESSOR SYLVIO JOSÉ MARCONDES COELHO, 33 - GUARATINGUETÁ-SP - CEP: 12.500-971	631,08 m²	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>JACAREÍ</b> (2 Varas do Trabalho)	AVENIDA PENSILVÂNIA, 412 - JARDIM FLÓRIDA - JACAREÍ-SP - CEP: 12.321-050	1.508,00 m²	26	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>LORENA</b>	AVENIDA DOUTOR PEIXOTO DE CASTRO, 360 - CRUZ - LORENA-SP - CEP: 12.606-580	510,78 m² + 34,42 m² (Arquivo)	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PINDAMONHANGABA</b>	RUA DOUTOR OCTAVIO OSCAR CAMPELLO DE SOUZA, 85 - PARQUE DAS NAÇÕES - PINDAMONHANGABA-SP - CEP: 12.420-350	475,97 m²	15	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO JOSÉ DOS CAMPOS</b> (5 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC, Posto de Saúde)	RUA JUIZ DAVID BARRILLI, 85 - PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP - CEP: 12.246-200	3.738,49 m²	83	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO SEBASTIÃO</b>	ALAMEDA VEREADOR MÁRIO OLEGÁRIO LEITE, 55 - CENTRO - SÃO SEBASTIÃO-SP - CEP: 11.600-000	304,60 m² + 108,94 m² (Arquivo)	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TAUBATÉ</b> (2 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)	AVENIDA BRIGADEIRO JOSÉ VICENTE DE FARIA LIMA, S/N - JARDIM MARIA AUGUSTA - TAUBATÉ-SP - CEP: 12.070-000	2.157,74 m²	30	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>UBATUBA</b>	AVENIDA RIO GRANDE DO SUL, 691 - CENTRO - UBATUBA-SP - CEP: 11.680-000	504,42 m²	10	Magistrados, servidores, estagiários,





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
				terceirizados.

\* Quantitativo e demais dados de janeiro/2020, sujeitos a alterações.

**IV - RIBEIRÃO PRETO (cidade-sede)**

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
<b>ARARAQUARA</b> (3 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)	AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 176 - CENTRO - ARARAQUARA-SP - CEP: 14.801-150	3.826,16 m²	42	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BATATAIS</b>	AVENIDA GENERAL OSÓRIO, 294 - CENTRO - BATATAIS-SP - CEP: 14.300-000	773,00 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BEBEDOURO</b>	RUA DOUTOR OSCAR WERNECK, 634 - CENTRO - BEBEDOURO-SP - CEP: 14.701-120	666,36 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CAJURU</b>	RUA CORONEL MANOEL CAETANO, 181 - CENTRO - CAJURU-SP - CEP: 14.240-000	1032,27 m²	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CRAVINHOS</b>	AVENIDA FAGUNDES, 196 - CENTRO - CRAVINHOS-SP - CEP: 14.140-000	1.354,57 m²	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>FRANCA</b> (2 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC))	RUA FREI GERMANO, 2310 - 1º ANDAR - ESTAÇÃO - FRANCA-SP - CEP: 14.405-215	1.633,83 m²	39	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITUVERAVA</b>	PRACA DEPUTADO HÉLVIO NUNES DA SILVA, 226 - CENTRO - ITUVERAVA-SP - CEP: 14.500-000	637,18 m²	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>JABOTICABAL</b> (2 Varas do Trabalho)	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 497 - APARECIDA - JABOTICABAL-SP - CEP: 14.882-035	972,35 m² + 114,40 m²	22	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>MATÃO</b>	RUA JUNDIAÍ, 1270 - NOVA MATÃO - MATÃO-SP - CEP: 15.990-510	339,02 m² + 123,79 m² (Arquivo)	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>MOCOCA</b>	PRACA MARECHAL DEODORO, 66 - CENTRO - MOCOCA-SP - CEP: 13.730-047	448,48 m²	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
<b>MORRO AGUDO</b> - Posto Avançado	RUA DAS MARGARIDAS, 119 - JARDIM MARINA - MORRO AGUDO-SP - CEP: 14.640-000	409,05 m²	5	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ORLÂNDIA</b>	AVENIDA QUATRO, 290 - CENTRO - ORLÂNDIA-SP - CEP: 14.620-000	555,60 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PIRASSUNUNGA</b>	AVENIDA PADRE ANTONIO VANN ESS, 1241 - ROSÁRIO - PIRASSUNUNGA-SP - CEP: 13.634-000	497,04 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PORTO FERREIRA</b>	AVENIDA JÚLIO DE OLIVEIRA DORTA, 950 - RECANTO BELA VISTA - PORTO FERREIRA-SP - CEP: 13.661-350	1.446,43 m²	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>RIBEIRÃO PRETO</b> (6 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)	RUA AFONSO TARANTO, 105 - NOVA RIBEIRÂNIA - RIBEIRÃO PRETO-SP - CEP: 14.096-740	4.588,82 m² + 2.391,19 m² (Arquivo)	125	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO CARLOS</b> (2 Varas do Trabalho)	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 888 - NÚCLEO RESIDENCIAL SILVIO VILARI - SÃO CARLOS-SP - CEP: 13.560-610	1.652,40 m²	31	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO JOAQUIM DA BARRA</b>	RUA VOLUNTÁRIO GERALDO, 1636 - CENTRO - SÃO JOAQUIM DA BARRA-SP - CEP: 14.600-000	511,42 m²	16	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO JOSÉ DO RIO PARDO</b>	RUA CORONEL MARÇAL, 70 - CENTRO - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO-SP - CEP: 13.720-000	606,65 m²	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SERTÃOZINHO</b> (2 Varas do Trabalho)	RUA ANTONIO SERON, 254 - CENTRO - SERTÃOZINHO-SP - CEP: 14.160-520	2.479,02 m²	26	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TAQUARITINGA</b>	AVENIDA VICENTE JOSÉ PARISE, 1380 - CENTRO - TAQUARITINGA-SP - CEP: 15.900-027	725,00 m²	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

\* Quantitativo e demais dados de janeiro/2020, sujeitos a alterações.

**V - ARAÇATUBA (cidade-sede)**

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Número de magistrados e servidores *	Ocupações
<b>ANDRADINA</b>	RUA CORUMBÁ, 901 - STELLA MARIS -	653,38 m²	15	Magistrados,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Número de magistrados e servidores *	Ocupações
	ANDRADINA-SP - CEP: 16.901-180			servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ARAÇATUBA</b> (3 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC e Posto de Saúde)	RUA DUQUE DE CAXIAS, 2130 - SAUDADE - ARAÇATUBA-SP - CEP: 16.020-225	1507,84 m²	47	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BIRIGUI</b>	AVENIDA YOUSEFF ISMAIL MANSOUR, 300 - JARDIM ALTO DO SILVARES - BIRIGUI-SP - CEP: 16.202-404	658,03 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>LINS</b>	RUA VAL DE PALMAS, 168 - JARDIM AMERICANO - LINS-SP - CEP: 16.400-669	734,28 m²	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PENAPÓLIS</b>	PRACA DOUTOR CARLOS SAMPAIO FILHO, 25 - CENTRO - PENÁPOLIS-SP - CEP: 16.300-019	516,34 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

\* Quantitativo e demais dados de janeiro/2020, sujeitos a alterações.

**VI - PRESIDENTE PRUDENTE (cidade-sede)**

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
<b>ADAMANTINA</b>	AVENIDA RIO BRANCO, 1939 - CENTRO - ADAMANTINA-SP - CEP: 17.800-000	1.054,78 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ASSIS</b> (2 Varas do Trabalho)	RUA WALTER ANTONIO FONTANA, 625 - VILA CLÁUDIA - ASSIS-SP - CEP: 19.815-340	1.749,20 m²	24	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>DRACENA</b>	RUA SALVADOR, 125 - CENTRO - DRACENA-SP - CEP: 17.900-000	557,66 m²	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PRESIDENTE PRUDENTE</b> (2 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC)	AVENIDA QUATORZE DE SETEMBRO, 1080 - JARDIM PAULISTANO - PRESIDENTE PRUDENTE-SP - CEP: 19.014-000	3.750,27 m²	46	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>PRESIDENTE VENCESLAU</b>	RUA GENERAL OSÓRIO, 37 - CENTRO - PRESIDENTE VENCESLAU-SP - CEP: 19.400-000	609,63 m²	11	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>RANCHARIA</b>	AVENIDA PEDRO DE TOLEDO, 919 - 929 - CENTRO - RANCHARIA-SP - CEP: 19.600-970	534,11 m² + 108,68 m²	10	Magistrados, servidores,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
		(Arquivo)		estagiários, terceirizados.
<b>TEODORO SAMPAIO</b>	RUA ALBERTO AMADOR, 774 - VILA SAO PAULO - TEODORO SAMPAIO-SP - CEP: 19.280-000	912,61 m²	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TUPÃ</b>	RUA NHAMBIQUARAS, 604 - CENTRO - TUPA-SP - CEP: 17.604-010	728,03 m²	9	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

\* Quantitativo e demais dados de janeiro/2020, sujeitos a alterações.

**VII - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (cidade-sede)**

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores	Ocupações
<b>BARRETOS</b>	AVENIDA CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO, 1300 - (REGIÃO DOS LAGOS) - AMÉRICA - BARRETOS-SP - CEP: 14.783-195	1.128,96 m²	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>CATANDUVA</b> (2Varas do Trabalho)	RUA RECIFE, 585 - CENTRO - CATANDUVA-SP - CEP: 15.800-240	3.321,35 m²	30	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>FERNANDÓPOLIS</b>	AVENIDA EXPEDICIONÁRIOS BRASILEIROS, 1651 - CENTRO - FERNANDÓPOLIS-SP - CEP: 15.600-000	557,61 m²	17	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>JALES</b>	RUA NOVE, 1466 - JARDIM NOVA VIDA - JALES-SP - CEP: 15.700-018	312,93 m² + 297,44 m² (Arquivo)	12	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>JOSÉ BONIFÁCIO</b>	AVENIDA SÃO JOÃO, 52 - CENTRO - JOSÉ BONIFÁCIO-SP - CEP: 15.200-000	1032,88 m²	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>OLÍMPIA</b>	RUA SÃO JOÃO, 915 - CENTRO - OLÍMPIA-SP - CEP: 15.400-000	747,00 m²	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>SÃO JOSÉ DO RIO PRETO</b> (4 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC e Posto de Saúde)	AVENIDA JOSÉ MUNIA, 5500 - CHÁCARA MUNICIPAL - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP - CEP: 15.090-185	3.566,74 m²	79	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>TANABI</b>	AVENIDA GILDO SAVATIN, 550 - SANTA MÔNICA - TANABI-SP - CEP: 15.170-000	744,27 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores	Ocupações
				terceirizados.
<b>VOTUPORANGA</b>	RUA ALAGOAS, 2915 - PARQUE 8 DE AGOSTO - VOTUPORANGA-SP - CEP: 15.502-240	325,54 m² + 231,18 m² (Arquivo)	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

\* Quantitativo e demais dados de janeiro/2020, sujeitos a alterações.

**VIII - BAURU (cidade-sede)**

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
<b>AVARÉ</b>	RUA AMARAL PACHECO, 1120 - ÁGUA BRANCA - AVARÉ-SP - CEP: 18.700-290	707,48 m²	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BARIRI – Posto Avançado</b>	AVENIDA GENERAL OSÓRIO, 543 - CENTRO - BARIRI-SP - CEP: 17.250-000	489,20 m²	3	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BAURU</b> (4 Varas do Trabalho, Divisão de Execução, CEJUSC e Posto de Saúde)	RUA ANTONIO CINTRA JÚNIOR, 3-11 - JARDIM CRUZEIRO DO SUL - BAURU-SP - CEP: 17.030-380	3.864,51 m² + 325,44 m² (Arquivo Geral)	67	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>BOTUCATU</b>	RUA JOAQUIM LYRA BRANDÃO, 147 - VILA ASSUMPÇÃO - BOTUCATU-SP - CEP: 18.606-070	472,50 m² + 183,83 m² (Arquivo)	18	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>GARÇA</b>	RUA DR. RAFAEL PAES DE BARROS, 55 - CENTRO - GARÇA-SP - CEP: 17.400-970	631,08 m²	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>ITÁPOLIS</b>	RUA BERNARDINO DE CAMPOS, 645 - CENTRO - ITÁPOLIS-SP - CEP: 14.900-000	701,36 m² + 403,16 m² (Arquivo)	14	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>JAÚ</b> (2 Varas do Trabalho)	RUA ROLANDO D'AMICO, 121 - VILA ASSIS - JAÚ-SP - CEP: 17.210-115	1.105,18 m²	27	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>LENÇÓIS PAULISTA</b> (2 Varas do Trabalho)	RUA CARLOS TRECENTI, 215 - VILA SANTA CECÍLIA - LENÇÓIS PAULISTA-SP - CEP: 18.683-214	623,62 m² (2ª VT) + 569,98 m² (1ª VT)	22	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
<b>MARÍLIA</b> (2 Varas do Trabalho)	AVENIDA TIRADENTES, 580 - FRAGATA - MARÍLIA-SP - CEP: 17.501-330	1.529,10 m²	24	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade	Endereço	m² do imóvel	Quantitativo de magistrados e servidores *	Ocupações
OURINHOS	RUA PAULO SÁ, 565 - VILA MORAES - OURINHOS-SP - CEP: 19.900-221	822,81 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
PEDERNEIRAS	RUA JOSÉ FERNANDES GIL, 546 - JARDIM ACARAÍ - PEDERNEIRAS-SP - CEP: 17.280-000	670,00 m²	13	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	RUA CARLOS RIOS, 178 - CENTRO - SANTA CRUZ DO RIO PARDO-SP - CEP: 18.900-000	767,45 m²	10	Magistrados, servidores, estagiários, terceirizados.

\* Quantitativo e demais dados de janeiro/2020, sujeitos a alterações.